

CCP rejeita aumento da carga fiscal em eventual ajuste do programa da Troika

O presidente da CCP defendeu hoje junto da Troika que qualquer reajustamento aos objectivos do défice não deverá passar por um aumento da carga fiscal, considerando mesmo tal medida como inaceitável.

Não estando a ser cumpridas as metas, as medidas devem passar por outras soluções, nomeadamente a criação de condições para um maior financiamento das empresas pela banca e um esforço especial na reabilitação urbana, essencial para a dinamização de um grande número de empresas dos sectores mais atingidos. Mais, a CCP defende necessárias isenções e benefícios fiscais para as empresas que investem.

Sem pôr em causa o Memorando de Entendimento, considerado necessário para travar o endividamento externo e baixar o defice publico, a CCP entende contudo que as politicas originadas pelo Memorando e a sua aplicação pelo governo não tiveram em conta duas situações estruturais, para os quais alertou desde o início:

- A estrutura do tecido empresarial e do emprego em Portugal, centrado em PMEs.
- A forte dependência das empresas e do investimento em relação ao crédito bancário.

A realidade estrutural acabou por originar resultados aquém do esperado, e dificultando o cumprimento das metas para este ano. A CCP recomenda pois a ponderação de uma flexibilização e ajuste do programa estabelecido pela Troika.

3/9/2012

CCP